

A importância dos intelectuais na consolidação das identidades nacionais

Por Mônica Abramchuk²

Resumo

O objetivo principal desse Artigo é demonstrar de que maneira o conceito de nação e de identidades nacionais foram construídos. As sociedades sofreram mudanças ao longo do tempo, o surgimento das nacionalidades tem relação com o período em que ela surge, as culturas não são homogêneas e nem fixas, por esse motivo é importante analisar como as narrativas que falam acerca da nação se construíram e quais são as suas características. Ao relacionar as narrativas com o conceito de nação e de identidades nacionais é fundamental pensar na importância que os intelectuais possuem pela sua capacidade de solidificar e espalhar as ideias de nacionalidade diante de um povo que por diferentes questões precisa ter sua identidade construída ou reforçada.

Palavras-chave: Construção; Identidades Nacionais; Intelectuais; Nação; Narrativa.

Abstract

The main objective of this article is to demonstrate how the concept of nation and national identities were constructed. Societies have undergone changes over time, the emergence of nationalities is related to the period in which it arises, cultures are not homogeneous or fixed, so it is important to analyze how the narratives that speak about the nation were built and which are its characteristics. When relating the narratives with the concept of nation and national identities, it is fundamental to think about the importance that intellectuals have for their capacity to solidify and spread the ideas of nationality before a people who for different reasons need to have their identity constructed or reinforced.

Keywords: Construction; National Identities; Intellectuals; Nation; Narrative.

²Mestranda em História na Universidade de Passo Fundo. E-mail: 180183@upf.br.

Introdução

Para entender como de fato as identidades nacionais foram consolidadas é necessário voltar ao século XIX, foi nesse período que o historiador passou a ser considerado um cientista, como consequência foi nesse momento que a questão metodológica passou a ser uma preocupação. O século XIX profissionaliza o historiador como intelectual e profissional, e constitui a História como uma disciplina dentro da Universidade, a Escola Alemã foi responsável por essa profissionalização.

A Escola histórica alemã (uma corrente historiográfica) vai se estabelecendo ao longo do século XIX e tem como características principais a cientificidade e a objetividade, com um método crítico das fontes (ditas oficiais), diferente da historiografia francesa considerada mais universalista que levou a criação da Escola dos Annales.

A Alemanha da metade do século XVII até o XVIII, principalmente a região da Prússia passou por vários conflitos internos e externos, diante desse panorama a cultura alemã sofreu muita interferência da cultura francesa e inglesa. A partir do século XVIII e XIX houve um grande avanço da ciência na Europa, fazendo com que a burguesia se estabelecesse enquanto classe social, a partir disso começou a surgir a necessidade de um Estado Nacional forte, ou seja, a formação de uma identidade nacional unificada, foi nesse contexto que o historicismo nasceu, ligado diretamente a questões políticas, pois era preciso evitar os ideais revolucionários e a tomada de poder pela população, a nação precisava fundamentar suas bases.

O conceito de nação é passível de diferentes interpretações, que vão variar de acordo com o contexto e com o pensamento de quem o desenvolveu, por isso, seu significado pode variar, gerando distintas narrativas. Pensar sobre como o conceito de nação foi empregado é refletir a maneira como a história foi escrita. Não é possível analisar a escrita da história europeia do século XIX³ nem as nações colonizadas sem

³Para Anne-Marie Thiesse: Ao longo do século XIX, operou-se a conversão da Europa dos príncipes para a Europa das nações. Antes de ser uma transformação da cartografia estatal, a mudança foi uma mutação radical das representações. O advento dos Estados Nações foi promovido por meio da elaboração de um sistema de identidades coletivas inteiramente novo. Atualmente, a existência de identidades nacionais fortes é incontestável; mais ainda, estas identidades nacionais, que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente. Entretanto, estas identidades nacionais não existiam em 1800. Sua criação foi uma das grandes obras europeias do século XIX, da qual participaram massivamente intelectuais, artistas e escritores. Paradoxo maior: as diversas identidades nacionais foram forjadas no contexto de intensas trocas internacionais, cujo resultado foi a determinação de um modelo comum de produção das diferenças. (THIESSE, 2001/2002, p. 7)

refletir sobre o uso do termo nação. “Assim, a historiografia acadêmica, que nasceu na Europa no século 19, foi concebida e desenvolvida em articulação com o nacionalismo e com as nações continentais em construção.” (SOARES, 2018, p. 77). Muitos fenômenos históricos foram interpretados ligados ao desenvolvimento do Estado-nação.

O nacionalismo era reputado, então, como o modo adequado de estabelecer os Estados, por um lado, e, por outro, como o modo de entender e escrever a história. Assim, a nacionalização da história foi basicamente oculta para os historiadores até meados do século 20. Após, historiadores iniciaram a fazer o experimento de dar um passo atrás do nacionalismo e concebê-lo criticamente e, desse modo, começaram a indagar-se como esse sistema de ideias acometeu a escrita da história. Eric Hobsbawm (1992) salientou a função fundamental da produção historiográfica no desenvolvimento do nacionalismo. Para o historiador britânico, nações sem passado seriam contrassensos. O que faz uma nação é o seu passado, e o que justificaria uma nação perante as outras seria o seu passado, e os historiadores são, em muitos casos, os responsáveis pela produção deste passado nacional. Assim, a profissão do historiador, que sempre se mistura com a política, torna-se um elemento efetivo da nação e do nacionalismo. (SOARES, 2018, p. 78)

É evidente que os pensadores que fazem parte de uma mesma corrente historiográfica possuem algumas divergências, entretanto, é possível afirmar que os intelectuais alemães desse período, se preocuparam em buscar e pensar elementos que despertasse o orgulho em ser alemão, o patriotismo, a valorização da língua alemã e por fim a formação de um Estado nacional.

Theodor Mommsen (1817-1903) e a cientifização da História

Um dos principais expoentes da Escola histórica alemã foi Christian Matthias Theodor Mommsen (1817-1903), primogênito de uma família de 4 filhos de camponeses. Seu pai Jens Mommsen (1783-1851) exerceu a função de vigário luterano, devido as dificuldades financeiras teve que abandonar os estudos em Teologia, e após anos como preceptor doméstico

passou a trabalhar em uma paróquia, porém, com uma renda baixa. Os filhos foram educados a obedecer. “O pai de batina, pregando do púlpito ou celebrando no altar, consagrava o papel central da religião cristã para toda a vida”. (MOMMSEN, 2015, p. 102). Contudo, os 4 filhos se afastaram da fé, pois, tinham dúvidas do seu sentido, Jens Mommsen, devido as dificuldades financeiras que estavam diretamente relacionadas com as profissões não teve uma vida religiosa tranquila, e os filhos enxergaram os problemas que o pai enfrentava em sua profissão, fazendo com que buscassem outros conhecimentos além da Bíblia e da fé. “A leitura dos autores antigos era o pão nosso de cada dia, a dimensão sublime da Antiguidade, um dogma natural” (MOMMSEN, 2015, p. 102).

Para Theodor Mommsen a única saída para deixar as dificuldades financeiras era uma carreira profissional, dedicado aos estudos, ingressou na Universidade de Kiel para cursar Direito, pois dessa forma poderia optar entre o serviço público e a advocacia. Contudo, na Universidade se deixou seduzir pelos estudos da Antiguidade, decidindo se especializar em Direito Romano e por seguir a carreira universitária.

Seu exemplo demonstra o fato de que a carreira acadêmica atraía em especial os oriundos da burguesia, que procurava compensar, mediante a capacitação universitária, sua desvantagem efetiva com relação à nobreza. A meritocracia acadêmica, fundada em sua concepção secular de formação intelectual, representava um ponto de referência importante para os integrantes da burguesia e para os filhos de pastores protestantes em busca de ascensão social. (MOMMSEN, 2015, p. 103)

Mommsen concebia a ciência e a política como inseparáveis, prova disso é que ele se engajou em vários partidos e parlamentos, primeiramente defendeu posições liberal-nacionais e depois nacional-liberais. “A firmeza das convicções e a coragem da controvérsia pública caracterizam a vida desse combativo professor, que bastante amiúde atropela adversários políticos e acadêmicos com ásperas polêmicas” (MOMMSEN, 2015, p. 103-104).

O intelectual através de sua reconstrução com o acréscimo de novos dados do general e político romano Júlio César fez com que praticamente fossem esquecidas representações anteriores. A obra *História de Roma* publicada entre 1853 e 1856, versa sobre a história política de Roma do seu início até a vitória de César na batalha de Tapso em 46 a. C e foi considerada um grande sucesso e também um grande escândalo. “Falou-se da falta de consolidação e de elegância da escrita, assim como do pior estilo jornalístico possível”

(MOMMSEN, 2015, p.105). Em 1902 Mommsen recebeu o Prêmio Nobel de Literatura (foi o 1º alemão a receber esse título).

Essa obra é considerada um marco na passagem da história iluminista para a historicista da ciência histórica. “Em sua obra, Mommsen torna científica a escrita da História e estetiza a própria História. No centro de seu interesse continua a narrativa” (MOMMSEN, 2015, p. 106). Ela se apresenta agora como uma reconstrução da continuidade histórica baseada em um método rigoroso e fundamentada, não mais como exemplo ou argumento. Ao escrever sobre a história da República romana utiliza a indução das eventualidades do passado para reconstruir contextos e tendências gerais. “Sua obra é também um manifesto político da burguesia protestante liberal ... A nação é projeto e projeção ao mesmo tempo ... Constituição, costumes, religião, língua e produção intelectual são características nacionais” (MOMMSEN, 2015, p. 106).

Em seu discurso de posse como Reitor da Universidade de Berlim em 15 de outubro de 1874 com o título: *O ofício do Historiador*, é perceptível perceber os ideais nacionalistas defendidos pelo autor, que enaltece o orgulho de ser alemão.

Por certo temos também orgulho de sermos alemães, e disso não nos encabulamos. De todas as ostentações, nenhuma é mais vazia e falsa do que a da modéstia alemã. Nada temos de modestos, não o queremos ser e nem que se diga que somos. Pelo contrário, queremos progredir nas artes e nas ciências, no Estado e nas Igrejas, em toda vida e em todo desempenho, para alcançar o topo e dele nos assenhorearmos. Não há galardão que nos pareça brilhar demais ou inalcançável, muito acima ou muito abaixo de nós (MOMMSEN, 2015, p. 113).

Também é possível verificar em seu discurso como para ele o intelectual alemão, principalmente o professor universitário é fundamental na construção da ideia de nacionalidade. “O intelectual alemão também pode se vangloriar do que a ciência trouxe em benefício ao povo. Inclusive durante os tempos difíceis que agora ficaram para trás” (MOMMSEN, 2015, p.114).

Segundo ele a pesquisa alemã e a sua influência na prática do ensino acadêmico, contribuíram de forma decisiva para os fundamentos da nação, a ciência veio em benefício do povo. “Eis o horizonte do futuro: organizar o Estado institucionalizado de forma que o comércio alemão, a manufatura alemã, a arte alemã, a ciência alemã, a sociedade alemã e a vida alemã continuem equiparadas ou se equiparem ao poder da nação” (MOMMSEN, 2015, p. 114).

Nesse viés, pode-se se dizer que o compromisso desses homens não estava apenas em propor elementos que viessem conduzir a um novo método de análise da história ou destacar modelos de como deveria ser o perfil do novo historiador. Ao fazerem a crítica o cientificismo, a preocupação estava em negar o modelo intelectual que conduziu o pensamento do homem alemão e sua sociedade até aquele momento. Uma forma de condução que precisava passar por mudanças, pois não atendia mais as necessidades postas diante das transformações que estavam ocorrendo na sociedade alemã e no mundo durante o século XIX. (SOUZA, 2015 p. 12)

A valorização da língua alemã, o desejo de uma identidade nacional, um passado comum que trouxesse orgulho aos alemães eram necessários para que se formasse um cidadão alemão apoiado nos ideais do patriotismo.

A historiografia e algumas maneiras de pensar a nação

A nação ao longo do tempo foi narrada e pensada de diferentes maneiras, de acordo com a época em que cada historiador viveu e discordando inclusive de quando ela teria surgido. Essas diferentes concepções influenciam diretamente a maneira como o nacionalismo foi entendido na consciência popular.

Em 1882, perguntava Ernest Renan (1997), em conferência realizada na Sorbonne, o que seria a nação. Para o historiador francês, nação seria um plebiscito diário. Do mesmo modo que Ernest Renan (1997), cada geração de historiadores vem indagando-se sobre o que seria a nação. A “nação” estava e está à espera de ser interpretada. Quando ela surgiria? Seria para sucumbir a paz europeia moderna ou na Idade Média como querem os etnicistas, ou no século 19, como defendem os modernistas, ou a nação é só discurso, como propõem os pós-estruturalistas ou, ainda, se estaria em um amplexo presente nacional de memória ou comemoração. O conceito de nação é articulado com estas questões. (SOARES, 2018, p. 98)

Os autores modernistas do conceito de nação acreditam que ela surgiu no período moderno, e discordam que ela tenha feito emergir o nacionalismo.

Eric Hobsbawm (1917-2012) sugere ser impossível entender os dois últimos séculos sem compreender o que significa a nação. “Para o autor, as nações não seriam tão antigas quanto a história, e o sentido moderno da palavra não é mais velho que o século 18.” (SOARES, 2018, p. 86). Para o historiador a nação representa um estágio no desenvolvimento histórico da humanidade, porém, mesmo que os Estados, em termos oficiais, são chamados de nações, nem todos apresentam as características que um Estado-nação deve apresentar. O sentido moderno e político da nação é muito recente, ele acredita que a cidadania e a participação de massas seriam elementos essenciais⁴de sua constituição. “Sobre o conceito de nação, toma como hipótese: qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’” (HOBBSAWM, 1991, p. 18 apud SOARES, 2018, p. 87).

Já os historiadores étnicos do conceito de nação acreditam que ela tenha surgido antes do período moderno. Para Anthony Smith (1939-2016) “... a nação encontra-se no centro de um dos mitos mais populares e onipresentes dos tempos modernos: o do nacionalismo. Seriam, então, as identidades e tradições étnicas pré-modernas que se deveriam explorar para se entender o conceito de nação.” (SOARES, 2018, p. 88). O historiador compreende o conceito de etnicismo sob dois aspectos, um deles existe na natureza fora do tempo enquanto o outro depende da situação. “Pertencer a um grupo étnico é motivo de atitudes, percepções e sentimentos, necessariamente flutuantes e mutáveis, variando consoante a situação específica do sujeito.” (SOARES, 2018, p. 88). Para Smith, um grupo étnico compartilha mitos de descendência, religião, costumes, língua.

O historiador sugere seis elementos para que uma comunidade étnica possa existir: “a) um nome próprio coletivo, b) um mito de linhagem comum, c) memórias históricas partilhadas, d) um ou mais elementos diferenciadores de uma cultura comum, e) a associação a uma terra natal específica, f) um sentido de solidariedade em setores significativos da população.” (SOARES, 2018, p. 89). Para ele, existe uma forte aproximação entre os conceitos de etnia e nação. “Ou seja, de acordo com Smith (1997), o núcleo étnico de um Estado molda com frequência o caráter e os limites da nação, pois é muitas vezes com base nesse núcleo que os Estados se fundem para formar nações.” (SOARES, 2018, p. 90)

⁴Para o historiador, há três critérios que permitiriam a um povo ser classificado como nação. “O primeiro destes critérios era sua associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável, (...) o segundo critério era dado pela existência de uma elite cultural longamente estabelecida, que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito; (...) o terceiro critério (...) era dado por uma provada capacidade para a conquista” (HOBBSAWM, 1991, p. 49 apud SOARES, 2018, p. 87).

Segundo Smith tanto a nação como a etnia são uma comunidade de mitos e memórias comuns, a diferença é que a ligação da nação com o território é física, enquanto a ligação da etnia com o território é simbólica e histórica.

Segundo Smith, as nações requerem sempre elementos étnicos. Isso sugere certa circularidade do argumento de que as nações se formam com base no núcleo étnico. As comunidades étnicas, contudo, não possuem muitos dos atributos da nação. Assim, considera-se a possibilidade de formar nações sem uma etnia antecedente. (SOARES, 2018 p. 91)

O pós- estruturalista HomiBhabha, se opõe a certeza histórica e a natureza estável do termo nação, defendendo que a nação seria apenas o discurso, ele escreveu sobre a nação ocidental e como a identificação passa por narrativas tanto literárias como sociais. “Na produção da nação, como narração, ocorre uma cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e da estratégia repetitiva, recorrente, do performativo.” (SOARES, 2018, p. 96). A nação não é concebida como homogênea. Bhabhaacredita que a linguagem através do seu conteúdo discursivo cria uma referência de identificação.

As contranarrativas, por sua vez, oferecem uma maneira de compreender como a fronteira que assegura os limites coesos da nação ocidental pode facilmente transformar-se imperceptivelmente em uma liminaridade interna contenciosa, que oferece um lugar do qual se fala sobre a minoria, o exilado, o marginal e o emergente. Essa inversão narrativa torna insustentáveis quaisquer reivindicações hegemônicas ou nacionalistas de domínio cultural, pois a posição do controle narrativo não é monológica. Há uma cisão narrativa do sujeito nacional que oferece tanto uma posição teórica quanto uma autoridade narrativa para vozes marginais ou discursos de minoria. É a partir dessa instabilidade de significação cultural que a cultura nacional vem a ser articulada como uma dialética de temporalidades diversas que não podem ser um conhecimento que se estabiliza em sua enunciação. Assim, a totalidade da nação é confrontada com um movimento suplementar de escrita e atravessada por ele. É do movimento liminar da cultura da nação que o discurso da minoria emerge. (SOARES, 2018, p. 97)

Parafraseando ElíasPalti, a ficção da identidade é uma tentativa de preencher um vazio que se origina de toda ordem social, o discurso nacionalista tem essa

característica de construtividade⁵.

A nação e a construção das identidades nacionais

Ao falar em nação, seus significados, características e representações é preciso refletir também acerca das identidades nacionais que elas são capazes de criar. Para a historiadora francesa Anne-Marie Thiessena Europa do Oeste do século XVIII, a nação é uma ideia nova que vai contra o poder divino e o direito de conquista da sociedade monárquica, além de distinguir um agrupamento de indivíduos da nação, ela discorre sobre a criação das identidades.

A nação, diferentemente de um agrupamento da população definido pela sujeição a um mesmo monarca, coloca-se como independente da história dinástica e militar: ela preexiste e sobrevive a seu príncipe. O que constitui a nação é a transmissão, através das gerações, de uma herança coletiva e inalienável. A criação das identidades nacionais consistirá em inventariar este patrimônio comum, isto é, de fato, em inventá-lo. (THIESSE, 2001/2002, p. 8)

Para Stuart Hall (1932-2014) em seu livro “*A identidade cultural na pós-modernidade*” atualmente a identidade está sendo bastante discutida. o motivo é que as velhas identidades estão dando lugar a novas identidades, fragmentando o indivíduo moderno que até aqui era visto como um sujeito unificado. O conceito de identidade ainda é muito discutido, e pouco entendido na ciência social contemporânea, por isso, as afirmações que faz são passíveis de serem postas a prova, é impossível fazer conclusões definitivas e que não sejam suscetíveis a diferentes pontos de vista e interrogações.

Hall descreve três concepções diferentes de identidade, o sujeito do Iluminismo em que o indivíduo é centrado, unificado e racional, consciente e ativo, o seu “centro” emergia quando o sujeito nascia e se desenvolvia juntamente com ele, permanecendo

⁵Se os modernistas historicizaram o objeto nação, os desconstrucionistas historicizam o elemento pré-categorial que constitui a nação: o “povo”. Assim, a narrativa desconstrucionista descobre “as minorias”. A presença de uma “minorias”, portanto, conseguiria, enfim, manifestar a incompletude constitutiva de toda ficção de homogeneidade nacional. (SOARES, 2018, p. 94)

essencialmente o mesmo ao longo da sua existência; o sujeito sociológico tem relação com o mundo moderno e a sua complexidade, a ideia de que o indivíduo não era auto-suficiente e que a sua identidade era formada através do contato com outras pessoas, existe uma interação do indivíduo e o meio em qual ele vive; o sujeito pós-moderno é visto como não tendo uma identidade fixa e permanente, está se fragmentando, sua definição é dada historicamente e não biologicamente, o sujeito possui diferentes identidades de acordo com o momento em que se encontra, a identidade plenamente coerente é apenas uma suposição que não se sustenta, pois, com a multiplicidade de identidades é possível que nos identifiquemos com várias mesmo que momentaneamente. A principal diferença entre as sociedades tradicionais e as modernas, é que as modernas mudam de forma rápida e constante.

As sociedades da modernidade tardia, argumenta ele, são caracterizadas pela “diferença”; elas são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é porque elas são unificadas, mas porque seus diferentes elementos e identidades podem, sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados. Mas essa articulação é sempre parcial: a estrutura da identidade permanece aberta. Sem isso, argumenta Laclau, não haveria nenhuma história. (HALL, 2002, p. 17)

Ao concordar que o sujeito moderno “nasceu” sob determinadas circunstâncias específicas é preciso pensar que ele pode mudar e morrer. A modernidade fez com que o indivíduo deixasse para trás as tradições e as estruturas (não mudavam, eram estáveis). “O nascimento do ‘indivíduo soberano’, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado.” (HALL, 2002, p. 25). Dessa maneira:

No mundo moderno, as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial. (HALL, 2002, p. 47)

A identidade nacional não é algo que nasce conosco, mas, é construída através de uma representação. “Segue-se que a nação não é apenas uma

entidade política mas algo que produz sentidos – *um sistema de representação cultural*”(HALL, 2002, p. 49). As culturas nacionais são uma forma moderna⁶ de identificação, antes ela se dava pelas regiões, tribos, religiões, etc.

Será necessário mais de um século de intensa atividade criadora para constituir a identidade nacional dos alemães, dos italianos, dos franceses e de todos os seus homólogos europeus. Isto implica, senão abolir as identidades preexistentes baseadas no estatuto social, na religião ou no fato de fazerem parte de uma comunidade local restrita, implica, no mínimo, redefini-las como características secundárias, subordinadas à identidade nacional. A organização espacial e hierárquica das representações é perturbada por um duplo movimento que institui a unidade lá onde dominava o disparate, e que traça fronteiras em espaços contínuos ou de imbricação identitária. A formação das identidades nacionais, além disso, não consiste unicamente na elaboração de novas referências coletivas: ela está acompanhada de um gigantesco trabalho pedagógico para que parcelas cada vez maiores da população as conheçam e nelas se reconheçam. (THIESSE, 2001/2002, p. 8)

Para Benedict Anderson (1936-2015) as diferenças entre as nações se dá pelas diferentes maneiras como são imaginadas⁷. Os membros de uma nação mesmo se diferenciando de classe, gênero e raça vão ser unificados em torno da cultura nacional.

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo “unificadas” apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural. Entretanto – como nas fantasias do eu “inteiro” que fala a psicanálise lacaniana – as identidades nacionais continuam a ser representadas como unificadas. (HALL, 2002, p. 61-62)

É difícil unir um povo devido a sua etnia (língua, religião, costume e tradições). “A Europa Ocidental não

6A formação de uma cultura nacional contribuiu para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. Dessa e de outras formas, a cultura nacional se tornou uma característica-chave da industrialização e um dispositivo da modernidade. (HALL, 2002, p. 49-50)

7As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (veja PenguinDictionaryofSociology: verbete “discourse”). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada”. (HALL, 2002, p. 50-51)

tem qualquer nação que seja composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. As *nações modernas são, todas, híbridos culturais.*" (HALL, 2002, p. 62). Mais complicado ainda é tentar unir um povo pela raça, primeiramente, porque ela não tem a ver com a biologia ou genética.

A diferença genética – o último refúgio das ideologias racistas – não pode ser usada para distinguir um povo do outro. A raça é uma categoria *discursiva* e não uma categoria biológica. Isto é, ela é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas – cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais, etc, - como *marcas simbólicas*, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro. (HALL, 2002, p. 62-63)

Anne-Marie Thiesse elenca algumas características que uma nação precisa ter:

Atualmente, a lista de elementos que uma nação digna deste nome deve possuir está bem estabelecida: ancestrais fundadores, uma história que estabeleça a continuidade da nação através das vicissitudes da história, uma galeria de heróis, uma língua, monumentos culturais e históricos, lugares de memória, uma paisagem típica, um folclore, tudo isso sem contar algumas identificações pitorescas: modo de vestir, gastronomia, animal emblemático. (THIESSE, 2001/2002, p. 8-9)

Determinar os ancestrais fundadores é o primeiro passo para a construção das nações. "O Povo é um museu vivo dos grandes ancestrais, depositário dos vestígios de sua cultura original." (THIESSE, 2001/2002, p. 9). Investigar os vestígios possibilita fundamentar a cultura nacional moderna. "O procedimento etnográfico aparece, então, como uma via de acesso privilegiada para a arqueologia do nacional." (THIESSE, 2001/2002, p. 9)

Antes da constituição dos Estados nacionais Europeus existia uma variedade de dialetos e línguas. "Língua da corte, língua de culto, língua do ensino ou da administração podiam, em um mesmo espaço, ser diferentes e coexistir com linguagens populares diversificadas." (THIESSE, 2001/2002, p. 11). Quando uma língua nacional é instituída a comunicação toma um novo rumo, já que os integrantes da nação independente de sua região geográfica passam a utilizá-la. "Ela deve permitir a expressão de qualquer idéia, de qualquer realidade, desde as mais antigas até as mais

modernas, desde as mais abstratas até as mais concretas”. (THIESSE, 2001/2002, p. 11)

A história das nações vai começar a ser escrita a partir do século XIX⁸, e seu objetivo será evidenciar o espírito coletivo e a unidade, mesmo diante de todas as diferenças. “A historiografia de uma nação distingue-se da historiografia de uma monarquia na sua natureza e na sua forma.”(THIESSE, 2001/2002, p. 12). A importância do romance (um jovem gênero literário⁹ para a época) é imprescindível na ideia de construção da nação por dois motivos: pelo modelo de narração e por apresentar uma nova visão sobre o passado.

As primeiras histórias nacionais, frequentemente de inspiração liberal, e os romances históricos dão forma a esta nova representação, constituída de uma narrativa contínua e de cenas destacadas que, ilustrando de maneira exemplar a alma da nação e seu combate contra a tirania, distinguem figuras emblemáticas de heróis e anti-heróis e fornecem referências para as lutas contemporâneas. O crescimento considerável do material impresso permitirá uma difusão cada vez mais do passado nacional assim construído, desenvolvido igualmente pelo teatro e, posteriormente, pela ópera. (THIESSE, 2001/2002, p. 12)

O Brasil e o processo de construção das identidades nacionais

Trazendo a discussão da importância de gêneros literários para a construção de identidades nacionais no Brasil, a virada do século XIX para o XX foi de acontecimentos decisivos para o futuro do país, como a abolição da escravatura em maio de 1888 (o Brasil foi a última nação do Ocidente a dar fim a esse tipo de trabalho compulsório). Em 1889, após vários acontecimentos e fatores decisivos (crise econômica, propaganda republicana e o desgaste entre os militares

⁸Quando acaba o século XIX, os principais elementos da “check-list” identitária estão claramente estabelecidos e os procedimentos de constituição enunciados, o que faz com que as nações recentemente surgidas possam, rapidamente, recuperar seu “atraso” inicial. Para a maior parte das nações europeias, os grandes ancestrais estão identificados, a língua nacional fixada, a história nacional escrita e ilustrada, a paisagem nacional descrita e pintada. As grandes músicas nacionais, que em certos casos apresentam-se como ilustrações sinfônicas da história e da paisagem nacional foram compostas (como por exemplo, *MaVlat – Meu País* – de Smetana ou *Finlandia* de Sibelius). Os grandes monumentos históricos já estão repertoriados e restaurados, as literaturas nacionais estão em pleno progresso e providas de uma história. O folclore está coletado e museografado. As produções simbólicas e materiais das épocas pré-nacionais tornaram-se objeto de um nacionalismo retroativo. O restante é, sobretudo, uma questão de intensificação e de divulgação: no século XIX, a representação identitária entra na era da cultura de massa. (THIESSE, 2001/ 2002, p. 16-17)

⁹No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois é um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico. (BORGES, 2010, p 98.)

e o Império) chegou ao fim a Monarquia, ligada diretamente à escravidão, os grandes fazendeiros tinham na mão-de-obra escrava a principal força de trabalho e com a abolição da escravidão eles perderam essa força de trabalho gratuita, motivo pelo qual os levou a ir contra o Imperador, isolando a Monarquia entre as demais forças políticas.

O cenário que então se abriu era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades. (SCHWARCZ, 2012, p. 19)

A busca pela modernidade que tomou conta do Brasil na primeira metade do século XX¹⁰ alcançou as artes. Em um primeiro momento essa busca se dava em importar os modelos da Europa. Com a realização da Semana de Arte Moderna em 1922, norteadas pela aliança dos fazendeiros com a elite técnico-científica, realizada em São Paulo e a fundação do movimento Modernista, buscou-se valorizar elementos genuinamente brasileiros com matrizes europeias, onde o caboclo, o indígena e a floresta deveriam ser colocados ao lado dos trens, do automóvel e da fábrica. Esses “modernistas” vinham de diversas áreas: arquitetura, pintura, escultura, letras, música. É nesse ambiente que surge o “modernismo”, mesclando elementos nacionais com valores contemporâneos. Os “modernistas” buscaram valorizar a cultura negra e indígena, celebrando um passado mítico e um futuro idealizado, sem exclusões e opressões.

Foi nesse período de busca pela modernidade no Brasil que uma geração de pensadores passou a discutir sobre o conceito de nacionalidade brasileira, mesmo que muitas vezes de maneiras divergentes se preocuparam em apresentar perspectivas até então desconhecidas sobre a nossa formação histórica. Se levamos em consideração que no início do século XX a taxa de analfabetismo no Brasil era bastante alta e que a grande maioria da população não frequentava escolas, poderíamos nos questionar como essas obras

¹⁰Para Monica Pimenta Velloso, essa modernidade buscada no Brasil no início do século XX descreditava na capacidade de mestiços e negros, demonstrando a característica fortemente excludente desse período. Por esse motivo, a democracia buscada se tornou um problema. A civilização pretendida reforçava as ideias da aristocracia. Com o fim da escravidão, principalmente no Rio de Janeiro, foram criadas novas formas de exclusão social. “Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites.” (VELLOSO, 2016, p. 362) que se reconheciam com a cultura europeia, e buscavam de várias maneiras instrumentos que embasassem a diferenciação com o objetivo de negar as origens mestiças da nacionalidade.

assumiram uma relevância tão grande. Em um primeiro momento essas ideias foram discutidas dentro do espaço acadêmico e, posteriormente, foram disseminadas para a sociedade. Portanto, os intelectuais são fundamentais no processo de construção da nacionalidade. Segundo Renato Ortiz:

A ideia de construção nos remete a uma outra noção de mediação (...). São os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos (...). Dito de outra forma, o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação (...). Todos, no entanto, se dedicam a uma interpretação do Brasil, a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor. (ORTIZ, 1994, p 139)

Com a entrada do Brasil no cenário internacional se fez necessário construir uma imagem singular do povo brasileiro, isso se deve também ao fato do declínio que a Europa estava enfrentando e a ascensão da América.

Conclusão

Para a Para Stuart Hall as identidades nacionais possuem muitas diferenças, divisões e contradições, a nação não é uma identidade cultural unificada, vindo de encontro a esse pensamento Thiesse afirma que nenhum espaço estatal é homogêneo.

Com efeito, de modo geral, a construção das identidades nacionais foi acompanhada da elaboração de identidades locais, concebidas segundo modalidades similares; mas elas foram colocadas como secundárias, subordinadas à identidade nacional e não contraditórias para com ela. Todo um trabalho pedagógico foi realizado para estabelecer esta relação. Assim, foram multiplicadas as representações da nação que faziam a maravilhosa reunião de diversidades complementares. (THIESSE, 2001/2002, p. 18)

Pensar sobre o sentido de nação, nacionalismo e identidade nacional é tarefa diretamente ligada a profissionalização do historiador, que como já foi demonstrado nasceu ligada a elementos políticos, bem

como, é importante ressaltar que cada interpretação produziu sentido e foi escrita e pensada de acordo com um momento histórico específico. Ao concordar com Stuart Hall que a identidade nacional é uma das identidades culturais que mais prevalece, e que ao longo dos anos ela foi construída e não dada, por diferentes motivos, é necessário acentuar novamente que elas não são de forma alguma homogêneas, mas, que o discurso tem como tarefa principal unificá-las através dos elementos já mencionados. Como salientou Thiesse a identidade nacional precisou de anos para que fosse construída e de diferentes aparatos representativos para que fosse consolidada.

Os intelectuais são importantes pela sua capacidade de solidificar e espalhar as ideias de nacionalidade diante de um povo que por diferentes questões precisa ter sua identidade construída ou reforçada. Como já foi escrito anteriormente, a Alemanha no século XIX precisou consolidar o Estado nacional, e essa construção esteve diretamente ligada com os intelectuais e com a corrente historiográfica da Escola histórica alemã. No Brasil anos mais tarde devido a mudanças que se deram pelo advento da República também surgiu a necessidade de uma identificação nacional¹¹ onde os intelectuais também tiveram um papel fundamental.

Referências Bibliográficas

BORGES, Valdeci Rezende. *História e Literatura: Algumas Considerações*. IN: Revista de Teoria da História Ano 1, Número 3, junho/ 2010. Goiás: UFG.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MOMMSEN, Theodor. *O ofício do historiador*. In: *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2015. Pgs. 101-122.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As marcas do período*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A abertura para o mundo*:

¹¹Para Monica Pimenta Velloso, essa modernidade buscada no Brasil no início do século XX descreditava na capacidade de mestiços e negros, demonstrando a característica fortemente excludente desse período. Por isso, a adoção de práticas democráticas mostrou-se tão problemática. A civilização pretendida reforçava as ideias da aristocracia. Com o fim da escravidão, principalmente no Rio de Janeiro, foram criadas novas formas de exclusão social. "Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites." (VELLOSO, 2016, p. 362) que se identificavam com a cultura europeia, e buscavam de várias maneiras instrumentos que embasassem a diferenciação com o objetivo de negar as origens mestiças da nacionalidade.

1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOARES, Fabrício Antônio Antunes. *A historiografia da nação: Uma interpretação*. In: Mueller, Airton Adelar; SOARES, Fabrício Antônio Antunes, (org). *Modernidade sem fronteiras: Desenvolvimento e desigualdades entrelaçadas*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ: EDIUNESC, 2018.

SOUZA, Paulo Rogério de. *A proposta educativa na historiografia alemã do século XIX: Formação de um homem moderno*. Maringá, 2015. Pgs. 1-13.

THIESSE, Anne-Marie. *Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais*. Anos 90. Porto Alegre, n.15, 2001/2002.

VELLOSO, Monica Pimenta. *O modernismo e a questão nacional*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, (org). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo oligárquico – Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: 10ª edição revista e atualizada, 2016. VI.